


| | | | | |
|---|--|--|-------------------------|---------------------------|
|  | | Política global | | |
| Título: | Política de Informações Privilegiadas | Parte responsável: consultor jurídico geral | | |
| Próxima data de revisão: | outubro de 2020 | Data de publicação: | dezembro de 2018 | Página: 1 de 8 |


I. FINALIDADE

Esta Política de Informações Privilegiadas ("Política") fornece diretrizes com respeito às transações de títulos da Modine Manufacturing Company (a "Empresa") e o tratamento de informações confidenciais sobre a empresa e as empresas com as quais a empresa faz negócios. O Comitê de Ética de Negócios da empresa adotou esta política para promover a conformidade com as leis que proíbem certas pessoas cientes de informações relevantes não públicas sobre uma empresa de: (i) negociar títulos desta empresa; ou (ii) fornecer informações relevantes não públicas para outras pessoas que podem negociar com base nestas informações.

II. ABRANGÊNCIA

A. Pessoas sujeitas à política ("Pessoas abrangidas")

- (1) *Funcionários e diretores.* Esta política se aplica a todos os funcionários da empresa e das suas subsidiárias, e a todos os membros do Conselho Diretor da empresa. A empresa também pode determinar que outras pessoas devem estar sujeitas a esta política, como contratados ou consultores com acesso às informações relevantes não públicas (como definido abaixo). Cada uma destas pessoas individualmente é um "detentor de informações privilegiadas" (Insider) e, coletivamente, estas pessoas são "detentores de informações privilegiadas" (Insiders) para fins desta seção. Nesta política, todos os membros do Conselho Diretor da empresa e todos os oficiais administrativos da empresa são referidos como "detentores de informações privilegiadas da Seção 16" (Section 16 Insiders da Securities Exchange Act).
- (2) *Membros da família e outros.* Esta política se aplica a todos os membros da família que residem com um detentor de informações privilegiadas e qualquer membro da família que não vive na unidade domiciliar, mas cujas transações nos títulos da empresa (como definido abaixo) são direcionadas por um detentor de informações privilegiadas ou estão sujeitas à influência ou controle do detentor de informações privilegiadas. Tal detentor de informações privilegiadas tem o dever de fazer estes indivíduos cientes da necessidade de consultá-lo antes de negociar títulos da empresa e o detentor de informações privilegiadas deve cuidar de todas as transações com respeito a esta política e leis aplicáveis de valores mobiliários como se as transações fossem da própria conta do detentor de informações privilegiadas. Entretanto, esta política não se aplica às transações de títulos pessoais nas quais a decisão de compra ou venda é feita por um terceiro não controlado ou influenciado ou em uma unidade familiar do detentor de informações privilegiadas.
- (3) *Entidades influenciadas ou controladas por um funcionário ou diretor.* Esta política se aplica a qualquer entidade que um detentor de informações privilegiadas influencia ou controla, incluindo qualquer corporação, sociedade ou negócio fiduciário (coletivamente referidos como "Entidades controladas") e transações destas entidades controladas devem ser tratadas com respeito a esta política e leis aplicáveis de valores mobiliários como se as transações fossem da própria conta

| | | | | |
|---|--|--|-------------------------|---------------------------|
|  | | Política global | | |
| Título: | Política de Informações Privilegiadas | Parte responsável: consultor jurídico geral | | |
| Próxima data de revisão: | outubro de 2020 | Data de publicação: | dezembro de 2018 | Página: 2 de 8 |

do detentor de informações privilegiadas.


- B. Transações sujeitas à política. Esta política se aplica às transações de títulos da empresa (coletivamente referidas nesta política como "títulos da empresa"), incluindo ações ordinárias, opções de compra de ações ordinárias ou qualquer outro tipo de títulos que a empresa possa emitir.
- C. Administração da política. O consultor jurídico geral (General Counsel) da empresa deve servir como o diretor de revisão (Reviewing Officer) com respeito a esta política e, em sua ausência, outro funcionário designado pelo diretor de revisão deve ser responsável pela administração desta política. Todas as determinações e interpretações do diretor de revisão devem ser finais e não sujeitas à revisão posterior.

III. DECLARAÇÃO DA POLÍTICA

- A. Política geral. É política da empresa que nenhuma pessoa abrangida ciente de informações não públicas relevantes relacionadas à empresa possa, direta ou indiretamente:
- (1) envolver-se em transações de títulos da empresa exceto quando diferentemente especificado nesta seção de acordo com os títulos "Certas transações de acordo com os Planos 401(k)" e "Planos da Norma 10b5-1";
 - (2) recomendar a outro a compra ou venda de qualquer título da empresa;
 - (3) divulgar informações não públicas relevantes a pessoas na empresa cujos trabalhos não exigem que tenham estas informações, ou fora da empresa para outras pessoas, incluindo, entre outros, família, amigos, associados de negócios, investidores e consultores, a menos que a divulgação seja feita de acordo com as políticas da empresa sobre a proteção ou divulgação externa autorizada das informações sobre a empresa. Isso inclui o compartilhamento das informações por meio das mídias sociais ou outros fóruns com base na internet; ou
 - (4) ajudar qualquer um envolvido nas atividades acima.

Além disso, é política da empresa que nenhuma pessoa abrangida que, no curso do trabalho para a empresa, seja informada de informações não públicas relevantes sobre outra empresa com a qual a empresa faz negócios, incluindo um cliente ou fornecedor da empresa, possa negociar títulos desta empresa até que as informações tornem-se públicas ou não sejam mais relevantes.

Não há exceções a esta política, exceto conforme registrado especificamente neste documento. Transações que possam ser necessárias ou justificáveis por razões independentes (como a necessidade de arrecadar fundos para uma despesa de emergência) não são uma exceção desta política. As leis de valores mobiliários não


| | | | | |
|---|--|--|-------------------------|---------------------------|
|  | | Política global | | |
| Título: | Política de Informações Privilegiadas | Parte responsável: consultor jurídico geral | | |
| Próxima data de revisão: | outubro de 2020 | Data de publicação: | dezembro de 2018 | Página: 3 de 8 |

reconhecem qualquer circunstância atenuante e, em qualquer evento, mesmo a aparência de uma transação imprópria deve ser evitada para preservar a reputação da empresa de seguir os padrões mais elevados de conduta.

- B. Certas transações de acordo com os Planos 401(k). Esta política proíbe certas opções que um funcionário pode tomar de acordo com o plano 401(k) se este funcionário tiver informações não públicas relevantes no momento destas opções, incluindo: (a) uma opção para fazer uma transferência dentro do plano de um saldo de conta existente fora do fundo de ações da empresa; e (b) uma opção de emprestar dinheiro dando como garantia a sua conta do plano 401(k) se o empréstimo resultar na liquidação de parte ou todo seu saldo de fundo de ações da empresa.
- C. Planos da Norma 10b5-1. A Norma 10b5-1, de acordo com a Lei de Mercado de Capitais (Securities Exchange Act) dos EUA, fornece uma defesa da responsabilidade do uso de informações privilegiadas de acordo com a Norma 10b-5. Para ser elegível para recorrer a esta defesa, uma pessoa deve entrar em um plano da Norma 10b5-1 para transações de títulos da empresa que atenda a certas condições especificadas na Norma (um "Plano da Norma 10b5-1") antes de fazer tais transações. Se o plano atender aos requisitos da Norma 10b5-1, os títulos da empresa podem ser comprados ou vendidos sem consideração a certas restrições de uso de informações privilegiadas, contanto que a pessoa fazendo a transação cumpra com os termos do plano. Em geral, deve-se entrar em um Plano da Norma 10b5-1 em um período, quando a pessoa entrando no plano, não estiver ciente de informações não públicas relevantes. Assim que o plano for adotado, a pessoa não deverá exercer qualquer influência sobre o total de títulos a ser negociado, o preço no qual devem ser negociados ou a data da negociação. O plano também deve especificar a quantidade, preço e período das transações antecipadamente ou delegar discricção sobre estas questões para um terceiro independente.

IV. RESPONSABILIDADE DE CONFORMIDADE

Pessoas abrangidas têm obrigações éticas e legais para manter a confidencialidade das informações sobre a empresa e não se envolver em transações de títulos da empresa enquanto estiver em posse de informações não públicas relevantes. Cada pessoa abrangida é responsável por certificar-se de que cumpre com esta política. Em todos os casos, a responsabilidade por determinar se esta pessoa abrangida está em posse de informações não públicas relevantes é desta pessoa abrangida e nenhuma ação ou inação por parte da empresa, do diretor de revisão ou de qualquer outro funcionário ou diretor dissociará tal pessoa abrangida da responsabilidade de acordo com as leis aplicáveis de valores mobiliários. Pessoas abrangidas podem estar sujeitas a penalidades legais graves, bem como ação disciplinar da empresa para qualquer conduta proibida por esta política ou leis aplicáveis de valores mobiliários, como descrito abaixo mais detalhadamente sob o título "Consequências das violações".

| | | | | |
|---|---------------------------------------|---|------------------|----------------|
|  | | Política global | | |
| Título: | Política de Informações Privilegiadas | Parte responsável: consultor jurídico geral | | |
| Próxima data de revisão: | outubro de 2020 | Data de publicação: | dezembro de 2018 | Página: 4 de 8 |


V. PROCEDIMENTOS E RESTRIÇÕES

A empresa estabeleceu procedimentos adicionais para ajudar a empresa na administração desta política, para facilitar a conformidade com as leis que proíbem o uso de informações privilegiadas enquanto as pessoas estiverem em posse de informações não públicas relevantes e para evitar a aparência de qualquer impropriedade.

- A. Procedimentos prévios de autorização para detentores de informações privilegiadas da Seção 16. Detentores de informações privilegiadas da Seção 16 não podem se envolver em qualquer transação de títulos da empresa,, incluindo entrar em um Plano 10b5-1 relativo aos títulos da empresa, sem obter uma autorização prévia da transação do diretor de revisão. Uma solicitação da autorização prévia deve ser enviada para o diretor de revisão pelo menos dois dias úteis antes da transação proposta. Qualquer Plano da Norma 10b5-1 deve ser enviado para aprovação cinco dias antes da entrada no Plano da Norma 10b5-1. Nenhuma aprovação prévia adicional de transações conduzidas conforme o Plano da Norma 10b5-1 será necessária. Entretanto, como sempre, os detentores de informações privilegiadas da Seção 16 devem notificar todas as transações para o departamento jurídico imediatamente para garantir divulgação pública apropriada e oportuna. O diretor de revisão não tem obrigação de aprovar uma transação enviada para aprovação prévia e pode determinar não permitir a transação. Se uma pessoa buscar aprovação prévia e a permissão para se envolver na transação for negada, então deve abster-se de iniciar qualquer transação de títulos da empresa e não deve informar qualquer outra pessoa da restrição.
- B. Restrições trimestrais de negociações. Detentores de informações privilegiadas da Seção 16 não podem conduzir qualquer transação envolvendo os títulos da empresa (exceto conforme especificado por esta política), durante um "período de restrição" (Blackout Period) que começa no primeiro dia de cada trimestre fiscal e termina na manhã do segundo dia útil depois da data da liberação pública dos resultados de lucros da empresa para este trimestre. Em outras palavras, estas pessoas podem conduzir transações dos títulos da empresa apenas durante a "janela aberta" (Open Window) que começa na manhã do segundo dia útil depois da data da liberação pública dos lucros trimestrais da empresa e termina no último dia do trimestre fiscal.

Como precaução, outras pessoas abrangidas podem escolher limitar as transações delas que envolvem títulos da empresa para o período de "janelas abertas". Entretanto, a responsabilidade final para garantir a conformidade permanece com a pessoa abrangida.

- C. Períodos de restrição de transação específicos de eventos para pessoas abrangidas designadas. De tempos em tempos, pode ocorrer um evento ou uma informação pode revelar-se relevante para a empresa e ser conhecida apenas por algumas pessoas abrangidas. Contudo que o evento ou informação permaneça relevante e não público, as pessoas designadas pelo diretor de revisão não podem negociar títulos da empresa por um período de tempo que pode estender-se além do período de restrição típico

| | | | | |
|---|---------------------------------------|---|------------------|----------------|
|  | | Política global | | |
| Título: | Política de Informações Privilegiadas | Parte responsável: consultor jurídico geral | | |
| Próxima data de revisão: | outubro de 2020 | Data de publicação: | dezembro de 2018 | Página: 5 de 8 |

descrito acima. Nesta situação, o diretor de revisão notificará estas pessoas que elas não devem negociar títulos da empresa, talvez sem revelar o motivo para a restrição. A existência de um período de restrição de transação específico de evento ou de informação ou extensão de um período de restrição não será anunciada para toda empresa e não deve ser comunicada pelas pessoas abrangidas a qualquer outra pessoa.


- D. Transações especiais e proibidas. A empresa determinou que há um risco jurídico elevado e/ou aparência de conduta imprópria ou inapropriada se as pessoas abrangidas se envolverem em certos tipos de transações. Portanto, é política da empresa que as pessoas abrangidas listadas abaixo não possam se envolver nas transações como descrito abaixo:

Vendas a descoberto. Vendas a descoberto de títulos da empresa (ou seja, a venda de um título que o vendedor não possui) pode evidenciar uma expectativa da parte do vendedor de que os títulos baixarão de valor e, portanto, tem potencial para sinalizar ao mercado que o vendedor não tem confiança nas perspectivas da empresa. Além disso, vendas a descoberto podem reduzir o incentivo do vendedor de buscar melhorar o desempenho da empresa. Por estas razões, vendas a descoberto de títulos da empresa são proibidas para todas as pessoas abrangidas.

Transações de hedge. Transações de hedge ou monetização podem ser efetuadas por meio de diversos mecanismos possíveis, seja por meio do uso de instrumentos financeiros como contratos pré-pagos a prazo variável (prepaid variable forwards), equity swaps, collars de taxas de juros e fundos cambiais (exchange funds). Tais transações de hedge podem permitir que uma pessoa continue a possuir títulos da empresa obtidos por meio de planos de benefícios de funcionários ou de outra forma, mas sem os riscos e recompensas totais de propriedade. Quanto isto ocorre, o diretor, executivo ou funcionário não pode mais ter os mesmos objetivos como outros acionistas da empresa. Por estas razões, transações de hedge ou monetização de títulos da empresa são proibidas para todas as pessoas abrangidas.

Transação de curto prazo (“short swing”). Detentores de informações privilegiadas da Seção 16 não podem vender qualquer título da empresa da mesma classe durante seis meses depois da compra de tais títulos (e vice-versa como para compras de títulos da empresa).

Transações de penhor mercantil. Ações mantidas em uma conta margem como garantia de um empréstimo margem ou oferecidas como qualquer outra forma de garantia, podem ser vendidas pelo corretor sem o consentimento do cliente. Como essa venda pode ocorrer em um momento em que o caucionante tenha ciência de informações privilegiadas ou não esteja autorizado a negociar ações da empresa, pessoas incluídas na Seção 16 estão proibidas de manterem ações da empresa em uma conta margem ou oferecer ações da empresa como garantia.

| | | | | |
|---|--|--|-------------------------|---------------------------|
|  | | Política global | | |
| Título: | Política de Informações Privilegiadas | Parte responsável: consultor jurídico geral | | |
| Próxima data de revisão: | outubro de 2020 | Data de publicação: | dezembro de 2018 | Página: 6 de 8 |

Ordens permanentes ou limitadas. Ordens permanentes ou limitadas (exceto ordens permanentes ou limitadas em Planos da Norma 10b5-1) criam riscos elevados de violações do uso de informações privilegiadas semelhantes ao uso de contas permitindo saldo negativo. Não há controle sobre o momento de compras ou vendas que são resultado de instruções permanentes a um corretor e como resultado o corretor poderia executar uma transação quando um diretor, executivo ou outro funcionário estiver de posse de informações não públicas relevantes. Portanto, a empresa proíbe que detentores de informações privilegiadas da Seção 16 estabeleçam ordens permanentes ou limitadas sobre títulos da empresa.

- E. Transações depois de demissão. Esta política continua a aplicar-se às negociações de títulos da empresa mesmo depois da cessação do serviço da pessoa abrangida pela empresa. Se uma pessoa abrangida estiver em posse de informações não públicas materiais quando seu serviço cessar, esta pessoa abrangida não poderá negociar títulos da empresa até que estas informações tenham se tornado públicas ou não forem mais relevantes.

VI. CONSEQUÊNCIAS DAS VIOLAÇÕES

A compra ou venda de títulos da empresa enquanto ciente de informações não públicas relevantes, ou a divulgação de informações não públicas relevantes a outros que então negociam os títulos da empresa é proibido por lei. Violações de uso de informações privilegiadas são perseguidas ativamente pela Securities and Exchange Commission ("SEC") dos EUA, por promotores federais dos EUA e por autoridades de aplicação da lei dos estados americanos, bem como por jurisdições do exterior. A punição para violações do uso de informações privilegiadas é grave e poderia incluir multas expressivas e prisão. Embora as autoridades reguladoras concentram seus esforços nas pessoas que negociam ou que informam informações internas para outros que negociam, as leis federais de valores mobiliários também impõem responsabilidade potencial sobre as empresas e outras "pessoas que controlam" caso não tomem passos razoáveis para prevenir o uso de informações privilegiadas pelo pessoal da empresa.


Além disso, o não cumprimento desta política por uma pessoa abrangida pode sujeitar a pessoa abrangida a sanções impostas pela empresa, incluindo a demissão por justa causa, se o não cumprimento do funcionário resultar ou não em uma violação da lei.

VII. AUXÍLIO DA EMPRESA

A empresa encoraja qualquer pessoa que tem uma dúvida sobre esta política ou sua aplicação a qualquer transação proposta a obter orientação adicional do diretor de revisão.

VIII. DEFINIÇÕES

Informações relevantes. Informações são consideradas "relevantes" se um investidor razoável considerar estas informações importantes na tomada de uma decisão de comprar, manter ou vender títulos. Qualquer informação que poderia afetar o preço das


| | | | | |
|---|--|--|-------------------------|---------------------------|
|  | | Política global | | |
| Título: | Política de Informações Privilegiadas | Parte responsável: consultor jurídico geral | | |
| Próxima data de revisão: | outubro de 2020 | Data de publicação: | dezembro de 2018 | Página: 7 de 8 |

ações da empresa, de modo positivo ou negativo, deve ser considerada relevante. Não há padrão bem definido para avaliar a relevância; mais exatamente, a relevância é baseada em uma avaliação de todos os fatos e circunstâncias, e muitas vezes é avaliada por autoridades que aplicam as leis, com o benefício da percepção tardia. Embora não seja possível definir todas as categorias de informações relevantes, alguns exemplos de informações que habitualmente seriam consideradas relevantes são:

- projeções de lucros ou perdas futuras ou outra estimativa de lucros;
- mudanças da estimativa de lucros anunciada previamente ou a decisão de suspender a estimativa de lucros;
- uma fusão pendente ou proposta, aquisição significativa ou oferta de compra;
- uma aquisição pendente ou proposta ou disposição de um ativo significativo;
- uma joint venture significativa pendente ou proposta;
- uma reestruturação significativa da empresa;
- transações significativas com partes relacionadas;
- uma alteração na política de dividendos, a declaração de um desdobramento de ações ou uma oferta de títulos adicionais;
- empréstimos bancários ou outras transações financeiras fora do curso habitual;
- o estabelecimento de um programa de recompra para títulos da empresa;
- uma alteração significativa na administração;
- uma alteração nos auditores ou notificação que os relatórios do auditor já não mais fiáveis;
- desenvolvimento de um novo produto, processo ou serviço significativo;
- litígio pendente ou ameaçado ou a resolução de tal litígio;
- falência iminente ou a existência de problemas graves de liquidez;
- o ganho ou perda de um cliente ou fornecedor significante; e
- a imposição de uma proibição na negociação de títulos da empresa ou de títulos de outra empresa.

Quando as informações são consideradas públicas. Informações que não foram divulgadas ao público geralmente são consideradas informações não públicas. Para estabelecer que as informações tenham sido divulgadas ao público, pode ser necessário demonstrar que estas informações foram disseminadas amplamente. As informações geralmente seriam consideradas amplamente disseminadas se tiverem sido divulgadas por meio de serviços de jornal on-line, publicação em um jornal disponível amplamente, site de notícias ou documentos de divulgação pública arquivados na SEC que estejam disponíveis no site da SEC. Em contrapartida, as informações provavelmente não seriam consideradas amplamente disseminadas se estiverem disponíveis apenas aos funcionários da empresa.

Assim que as informações estiverem amplamente disseminadas, ainda é necessário proporcionar tempo suficiente ao público investidor para absorver as informações. Como uma regra geral, as informações não devem ser consideradas completamente absorvidas pelo mercado até o segundo dia útil após as informações terem sido liberadas. Se, por

| | | | | |
|---|---------------------------------------|---|------------------|-------------------|
|  | | Política global | | |
| Título: | Política de Informações Privilegiadas | Parte responsável: consultor jurídico geral | | |
| Próxima data de revisão: | outubro de 2020 | Data de publicação: | dezembro de 2018 | Página: 8 de 8 |

exemplo, a empresa fosse fazer um anúncio relevante numa segunda-feira, é provável que não seja considerado totalmente absorvido até quarta-feira. Dependendo de circunstâncias particulares, a empresa pode determinar que um período maior ou menor seja aplicado para liberar as informações não públicas relevantes específicas.

Deste modo, as informações não públicas relevantes são informações consideradas “relevantes” (como definido acima), mas ainda não “públicas” (como definido acima).